

estudos e pesquisas

Nº 108 – agosto de 2023

**Balanço das greves do
primeiro semestre de 2023**

Balanço das Greves do primeiro semestre de 2023

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta, nesse estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil no primeiro semestre de 2023, identificando as principais características das paralisações.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as mobilizações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande imprensa e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2023, o SAG-DIEESE registrou 558 greves, que contabilizaram cerca de 20 mil horas paradas. Os trabalhadores do funcionalismo público promoveram mais da metade (58%) dessas mobilizações – o que correspondeu a 65% das horas paradas.

TABELA 1
Greves e horas paradas - Brasil, primeiro semestre de 2023

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	339	60,8	13.911	69,7
<i>Funcionalismo Público</i>	323	57,9	13.022	65,2
<i>Empresas Estatais</i>	16	2,9	889	4,5
Esfera Privada	209	37,5	5.393	27,0
Esfera Pública e Privada ¹	10	1,8	658	3,3
Total	558	100	19.962	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações cujo tempo de duração é anunciado já no planejamento. São também conhecidas como “paralisações” e costumam se alongar em intervalos que vão de algumas horas (atrasos no início da jornada) a alguns dias.

As greves no primeiro semestre de 2023 dividiram-se entre greves de advertência e greves por tempo indeterminado, ambas abrangendo praticamente metade das mobilizações (49%).

TABELA 2
Tática das greves - Brasil, primeiro semestre de 2023

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	276	49,5
Tempo indeterminado	273	48,9
Sem informação	9	1,6
Total	558	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

Movimentos que abrangeram categorias profissionais inteiras (57%) foram preponderantes em relação àqueles deflagrados isoladamente (43%) por empresas (privadas ou estatais) ou unidades (do funcionalismo público).

TABELA 3
Abrangência das greves - Brasil, primeiro semestre de 2023

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	319	57,2
Empresa/unidade ⁽¹⁾	239	42,8
Total	558	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que ocorrem no serviço público e que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Caráter das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresenta.

Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter *propositivo*.

As greves denominadas *defensivas* caracterizam-se pela defesa de condições de trabalho, saúde e segurança. Também se posicionam contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação.

Por fim, aquelas que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves em *protesto*. Há também ações em apoio a greves de trabalhadores de outra categoria, conhecidas como greves *em solidariedade*.

Itens de caráter defensivo estavam na pauta de reivindicações de 80% das greves e a maior parte (55%) referia-se à denúncia de descumprimento de direitos.

A complexidade da pauta grevista revela-se na grande frequência com que itens de caráter propositivo (52%) também motivaram as mobilizações.

TABELA 4
Caráter das greves - Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (558)	
	nº	%
Propositivas	291	52,2
Defensivas	446	79,9
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	256	45,9
<i>Descumprimento de direitos</i>	306	54,8
Protesto	112	20,1
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Questões salariais, como reajuste (42%) e pagamento do piso (33%), foram as mais frequentes (Tabela 5).

Itens relacionados às condições de trabalho (22%) e ao pagamento de salários em atraso (20%) vieram em seguida.

TABELA 5
Principais reivindicações das greves - Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (558)	
	nº	%
Reajuste salarial	232	41,6
Piso salarial	183	32,8
Condições de trabalho	120	21,5
Pagamento de salários em atraso	112	20,1
Alimentação	102	18,3
PCS – Plano de Cargos e Salários	89	15,9

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Em 173 registros de greves (31% do total), há informações a respeito dos meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dos casos (81%) houve abertura de negociações – diretas ou mediadas. Em 41% das greves houve algum tipo de envolvimento do poder Judiciário.

TABELA 6
Formas de resolução dos conflitos - Brasil, primeiro semestre de 2023

Formas de resolução	Greves (173)	
	nº	%
Negociação	140	80,9
Intervenção/participação da Justiça ¹	71	41,0
<i>Decisão judicial</i>	56	32,4
<i>Acordo judicial</i>	17	9,8
<i>Sem informação</i>	9	5,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 239 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.

Resultados das greves

Em 166 registros de greves (30% do total), há informações a respeito do modo como as mobilizações foram encerradas. Em quase dois terços dos casos (65%), houve algum êxito no atendimento das reivindicações (Tabela 7).

TABELA 7
Resultados das greves - Brasil, primeiro semestre de 2023

Resultado	Greves (166)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	108	65,1
<i>Integral</i>	30	18,1
<i>Parcial</i>	78	47,0
Rejeição das reivindicações	27	16,3
Prosseguimento das negociações	51	30,7

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 207 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

Greves no funcionalismo público

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2023, o SAG-DIEESE registrou 323 greves nos três níveis da administração pública. Juntas, essas mobilizações contabilizaram 13 mil horas paradas. Os profissionais das redes municipais realizaram quase três quartos dessas paralisações (74%), o que, em horas paradas, equivale a uma proporção apenas um pouco menor (71%).

TABELA 8
Greves e horas paradas no funcionalismo público,
por nível administrativo Brasil, primeiro semestre de 2023

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	14	4,3	382	2,9
Estadual	67	20,7	3.389	26,0
Municipal	239	74,0	9.227	70,9
Multinível	3	0,9	24	0,2
Total	323	100	13.022	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Greves de advertência

Dois terços das mobilizações ocorridas no funcionalismo público (66%) foram paralisações de advertência (Tabela 9).

TABELA 9
Tática das greves do funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2023

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	212	65,6
Tempo indeterminado	110	34,1
Sem informação	1	0,3
Total	323	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

Movimentos organizados no âmbito da categoria foram preponderantes (89%).

TABELA 10
Abrangência das greves do funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2023

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	287	88,9
Empresa/unidade ¹	36	11,1
Total	323	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Caráter das greves

Itens de caráter defensivo estavam presentes na grande maioria das pautas grevistas (79%). Ainda assim, itens propositivos também foram muito frequentes (66%). A maioria das greves, desse modo, combinou reivindicações caracterizadas das duas maneiras (Tabela 11).

Na pauta defensiva, os itens classificados como prevenção contra a deterioração de condições vigentes tiveram a mesma participação daqueles classificados como denúncia de descumprimento de direitos (52%).

TABELA 11
Caráter das greves no funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (323)	
	nº	%
Propositivas	212	65,6
Defensivas	254	78,6
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	169	52,3
<i>Descumprimento de direitos</i>	167	51,7
Protesto	103	31,9
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao reajuste dos salários (54%) e dos pisos salariais (52%) foram as mais frequentes. Em seguida, vêm as demandas relacionadas à melhoria das condições de trabalho (30%); ao aumento do investimento no serviço público (28%); e aos planos de cargos e salários (26%).

TABELA 12
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público - Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (323)	
	nº	%
Reajuste salarial	176	54,5
Piso salarial	169	52,3
Condições de trabalho	97	30,0
Melhoria nos serviços públicos	90	27,9
PCS – Plano de Cargos e Salários	84	26,0
Contratação	56	17,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Análises setoriais das greves no funcionalismo público

Funcionalismo público federal

No primeiro semestre de 2023, das 14 greves cadastradas no funcionalismo público federal, 11 foram deflagradas no poder Executivo.

Na educação, duas greves envolveram profissionais técnico-administrativos da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPA), além da paralisação de todos os profissionais da educação no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), ocorrida no campus São João do Meriti.

Na saúde, foram registradas duas mobilizações – uma delas na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no Amapá, outra no Hospital das Forças Armadas (HFA), no Distrito Federal.

Uma greve envolveu profissionais da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e outra, auditores fiscais da Receita Federal. Profissionais da Agência Nacional de Mineração (ANM) paralisaram as atividades duas vezes, como os funcionários do Banco Central¹.

Funcionários do Judiciário Federal, por fim, organizaram três paralisações de advertência: duas no Ceará e uma em Alagoas.

Itens de caráter propositivo e defensivo tiveram a mesma proporção (57%) nas pautas dos servidores federais.

TABELA 13
Caráter das greves do funcionalismo público federal
Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (14)	
	nº	%
Propositivas	8	57,1
Defensivas	8	57,1
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	8	57,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	0	0
Protesto	3	21,4
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Mais de um terço da pauta reivindicatória (36%) foi ocupado por demandas relativas aos planos de cargos e salários (Tabela 14).

A seguir, a pauta dos servidores federais abriga, com a mesma proporção (21%),

¹ Segundo convenção do Sistema de Acompanhamento de Greves, paralisações semanais, como no caso dos auditores da Refeita Federal e dos funcionários do Banco Central, são agrupadas em um único registro de greve quando realizadas dentro de um mesmo mês.

questões ligadas à assistência médica, à definição de funções e enquadramentos, ao pagamento do adicional de produtividade e ao reajuste salarial.

TABELA 14
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal
Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (14)	
	nº	%
PCS – Plano de Cargos e Salários	5	35,7
Assistência médica	3	21,4
Definição / enquadramento de função	3	21,4
Adicional de produtividade	3	21,4
Reajuste salarial	3	21,4
Condições de trabalho	2	14,3
Contratação	2	14,3
Melhoria nos serviços públicos	2	14,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público estadual

Das 67 greves observadas no funcionalismo público estadual, 62 foram deflagradas no poder Executivo.

Na educação, 37 foram conduzidas por professores e profissionais técnico-administrativos, do ensino básico ao superior; oito na saúde, por profissionais da enfermagem principalmente, mas também por médicos; e duas na segurança, por policiais civis. Nove mobilizações foram organizadas por profissionais de outras pastas, diferentes das mencionadas aqui, ou mesmo por várias delas, em conjunto.

Entre fundações e institutos, incluem-se duas greves na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), outras duas na Fundação Casa, em São Paulo, além de uma greve no Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest) e outra na Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), em Sergipe.

Funcionários dos Tribunais de Justiça paralisaram as atividades três vezes na Bahia, além de uma vez no Rio Grande do Sul e outra em São Paulo.

A maioria das greves do funcionalismo público estadual trouxe nas pautas, de forma combinada, tanto reivindicações de caráter propositivo (94%) quanto reivindicações de caráter defensivo (67%).

Mobilizações contra a deterioração das condições vigentes (57%) são predominantes

nas pautas defensivas (Tabela 15).

TABELA 15
Caráter das greves no funcionalismo público estadual Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (67)	
	nº	%
Propositivas	63	94,0
Defensivas	45	67,2
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	38	56,7
<i>Descumprimento de direitos</i>	18	26,9
Protesto	35	52,2
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

O reajuste dos salários esteve presente em 84% das greves dos funcionários públicos estaduais. Itens relacionados ao investimento nos serviços públicos (43%) ocuparam quase metade da pauta e aqueles relacionados aos planos de cargos e salários, pouco mais de um terço (36%).

TABELA 16
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (67)	
	nº	%
Reajuste salarial	56	83,6
Melhoria nos serviços públicos	29	43,3
PCS – Plano de Cargos e Salários	24	35,8
Condições de trabalho	19	28,4
Contratação	17	25,4
Piso salarial	17	25,4
Políticas	13	19,4

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público municipal

Das 239 greves registradas entre os funcionários públicos municipais, 151 foram deflagradas por professores e técnico-administrativos, na educação infantil e no ensino fundamental; 31 na saúde, principalmente por profissionais de enfermagem; e duas por guardas civis.

Profissionais de outras secretarias e, em especial, de mais de uma secretaria – ou de

todo o Executivo municipal – promoveram 55 mobilizações.

Destaca-se, na pauta do funcionalismo público municipal, o expressivo caráter defensivo (83%), com predominância de greves contra o descumprimento de direitos (61%).

TABELA 17
Caráter das greves no funcionalismo público municipal - Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (239)	
	nº	%
Propositivas	140	58,6
Defensivas	198	82,8
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	122	51,0
<i>Descumprimento de direitos</i>	146	61,1
Protesto	63	26,4
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Quase dois terços das greves apresentam reivindicações relacionadas ao pagamento dos pisos salariais (64%). Pouco mais da metade (51%) menciona o reajuste salarial e quase um terço (30%), as más condições de trabalho.

TABELA 18
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público municipal
Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (239)	
	nº	%
Piso salarial	132	64,4
Reajuste salarial	104	50,7
Condições de trabalho	61	29,8
PCS – Plano de Cargos e Salários	46	22,4
Melhorias no serviço público	43	21,0
Local de Trabalho	30	14,6
Contratação	28	13,7

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves nas empresas estatais

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2023, o SAG-DIEESE cadastrou 16 mobilizações que paralisaram as atividades por quase 900 horas nas empresas estatais. Tanto os trabalhadores dos serviços quanto os da indústria deflagraram o mesmo número de greves (oito em cada setor), com relevante diferença nas horas paradas (a duração das greves nos serviços chega a 90% do total)².

TABELA 19
Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor Brasil, primeiro semestre de 2023

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Indústria	8	50,0	88	9,9
Serviços	8	50,0	801	90,1
Total	16	100	889	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Caráter das greves

Itens de caráter defensivo estiveram presentes em 75% das pautas de reivindicação, relacionados especialmente à manutenção de condições vigentes (63%).

TABELA 20
Caráter das greves nas empresas estatais Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (16)	
	nº	%
Propositivas	7	43,8
Defensivas	12	75,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	10	62,5
<i>Descumprimento de direitos</i>	3	18,8
Protesto	4	25,0
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

² A enorme proporção de horas paradas nas empresas estatais de serviços era referente principalmente à greve dos metroviários de Belo Horizonte, que durou 40 dias, e à greve dos trabalhadores da Urbanização de Curitiba (Urbs), que se alongou por 41. Em ambas, a questão central foi a manutenção dos empregos. No metrô de Belo Horizonte, após o leilão de privatização da empresa, 1.600 trabalhadores exigiram transferência para outras estatais federais; em Curitiba, 160 trabalhadores protestaram por terem sido demitidos, após a Urbs decidir terceirizar as atividades de limpeza e jardinagem. Os resultados das duas mobilizações foram inconclusivos.

Reivindicações

Os trabalhadores das estatais reivindicam principalmente o reajuste dos salários – item presente em quase um terço (31%) das mobilizações nessas empresas. A seguir, mencionam preocupação com a deterioração das condições de trabalho (25%).

TABELA 21
Principais reivindicações das greves nas empresas estatais Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (16)	
	nº	%
Reajuste salarial	5	31,3
Condições de trabalho	4	25,0
Assistência médica	3	18,8
Contratação	3	18,8
Contra demissões	3	18,8
PLR – Participação nos Lucros e/ou Resultados	3	18,8
Contra privatizações	3	18,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves na esfera privada

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2023, o SAG-DIEESE registrou 209 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada. Foram mais de cinco mil horas paradas. As greves no setor de serviços corresponderam a 70% dessas mobilizações e a 69% das horas paradas.

TABELA 22
Greves e horas paradas na esfera privada Brasil, primeiro semestre de 2023

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	0	0	0	0
Indústria	62	29,7	1.621	30,1
Serviços	146	69,9	3.716	68,9
Rural	0	0	0	0
Não identificado	1	0,5	56	1,0
Total	209	100	5.393	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Greves de advertência

Paralisações de advertência constituíram 24% do total desses movimentos. Na esfera

privada, as greves por tempo indeterminado foram predominantes (72%).

TABELA 23
Tática das greves na esfera privada Brasil, primeiro semestre de 2023

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	51	24,4
Tempo indeterminado	150	71,8
Sem informação	8	3,8
Total	209	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

Na esfera privada, 89% das greves foram organizadas no âmbito de empresas.

TABELA 24
Abrangência das greves na esfera privada Brasil, primeiro semestre de 2023

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	22	10,5
Empresa/unidade	187	89,5
Total	209	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Caráter das greves

Na pauta de 86% das greves estiveram presentes itens de caráter defensivo, com predominância de pleitos relativos ao descumprimento de direitos (65%) (Tabela 25).

TABELA 25
Caráter das greves na esfera privada Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (209)	
	nº	%
Propositivas	62	29,7
Defensivas	179	85,6
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	76	36,4
<i>Descumprimento de direitos</i>	136	65,1
Protesto	1	0,5
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de regularização de salários em atraso compôs a pauta de praticamente metade (49%) das mobilizações. Itens relativos à alimentação (tíquete, cesta básica) vieram a seguir (36%) e o reajuste salarial ocupou o terceiro lugar de importância (23%) entre as principais reivindicações.

TABELA 26
Principais reivindicações das greves na esfera privada Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (209)	
	nº	%
Pagamento de salários em atraso	103	49,3
Alimentação	76	36,4
Reajuste salarial	49	23,4
PLR – Participação nos Lucros e/ou Resultados	26	12,4
Transporte	25	12,0
Depósito de FGTS	23	11,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas reivindicações

Análises setoriais das greves na esfera privada

Indústria privada

Das 62 greves apuradas na indústria privada, 36 (58%) ocorreram na região Sudeste. No Sul foram deflagradas 17 paralisações (27%); no Nordeste, sete (11%); no Centro- Oeste – e também na região Norte – uma (2%).

A maioria dos movimentos (28, ou 45%) foi realizada por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção promoveram 21 greves (34%).

Itens defensivos estiveram presentes na pauta de grande parte das mobilizações (73%) e relacionam-se principalmente com a exigência da manutenção de condições vigentes (52%).

TABELA 27
Caráter das greves na indústria privada Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (62)	
	nº	%
Propositivas	33	53,2
Defensivas	45	72,6
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	32	51,6
<i>Descumprimento de direitos</i>	26	41,9
Protesto	0	0
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Demandas relativas à alimentação constituíram a principal reivindicação das greves da indústria privada (40%).

Itens relacionados ao pagamento da PLR (34%) e ao reajuste salarial (32%) vêm a seguir, presentes em cerca de um terço das mobilizações.

TABELA 28
Principais reivindicações das greves na indústria privada Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (62)	
	nº	%
Alimentação	25	40,3
PLR – Participação nos Lucros e/ou Resultados	21	33,9
Reajuste salarial	20	32,3
Pagamento de salários em atraso	13	21,0
Assistência médica	11	17,7

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Serviços privados

Do total de 146 greves contabilizadas nos serviços privados, 59 (40%) ocorreram na região Sudeste. No Nordeste, foram realizadas 49 paralisações (34%). No Sul, 16 (11%); no Norte, 12 (8%); e no Centro-Oeste, 10 (7%).

Trabalhadores dos transportes deflagraram 58 greves (40%) e os do turismo e hospitalidade – categoria que envolve, em grande parte, empregados em atividades de asseio e conservação, recepção e serviços gerais – realizaram 36 paralisações (25%). Na saúde ocorreram 27 greves (18%).

Itens de caráter defensivo estiveram presentes em 91% das mobilizações, com preponderância das reivindicações contra o descumprimento de direitos (75%). Os serviços

privados registram também a menor participação de itens propositivos na pauta das greves (20%) nesse setor.

TABELA 29
Caráter das greves nos serviços privados Brasil, primeiro semestre de 2023

Caráter	Greves (146)	
	nº	%
Propositivas	29	19,9
Defensivas	133	91,1
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	44	30,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	109	74,7
Protesto	1	0,7
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Quase dois terços dessas mobilizações (61%) tinham na pauta a exigência da regularização de salários em atraso (Tabela 30).

Itens relacionados à alimentação ocuparam o segundo lugar de importância, presentes em pouco mais de um terço das pautas (35%); seguidos pela demanda por reajuste salarial, que esteve presente em 20% das pautas.

TABELA 30
Principais reivindicações das greves nos serviços privados Brasil, primeiro semestre de 2023

Reivindicação	Greves (146)	
	nº	%
Pagamento de salários em atraso	89	61,0
Alimentação	51	34,9
Reajuste salarial	29	19,9
Transporte	20	13,7

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

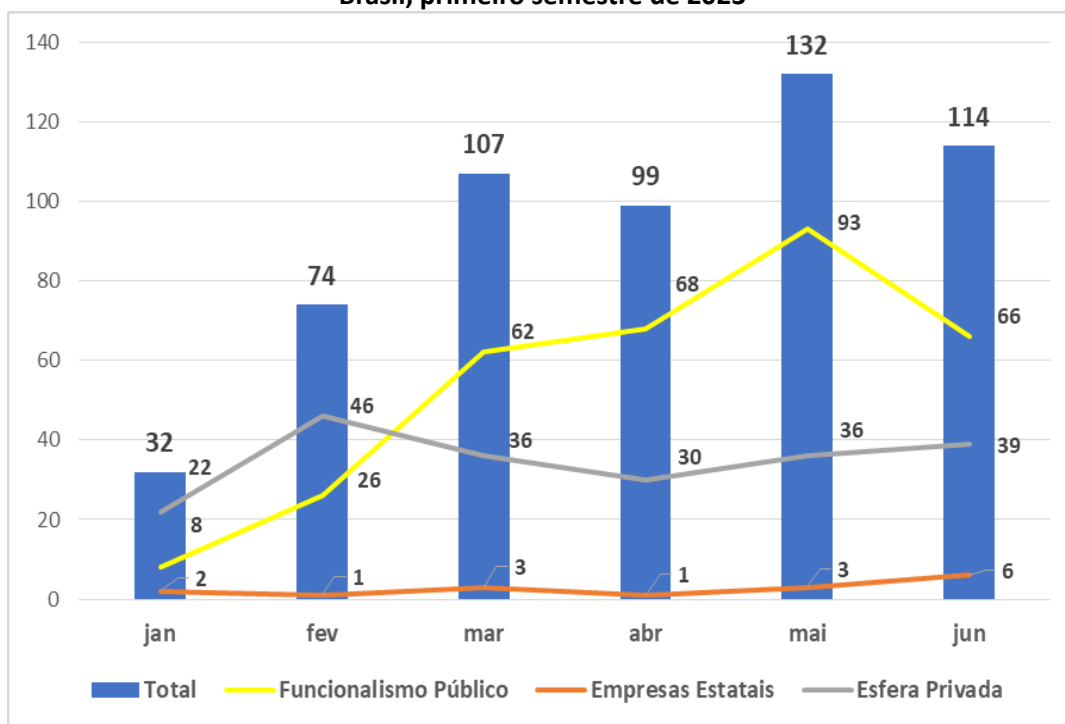
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Considerações finais

Evolução mensal das greves

Do ponto de vista das categorias de trabalhadores em greve, março marcou o início da predominância das greves no funcionalismo público (que continuaram a ascender até maio) sobre as greves na esfera privada (que seguem praticamente estáveis).

GRÁFICO 1
Número de greves por mês
Brasil, primeiro semestre de 2023

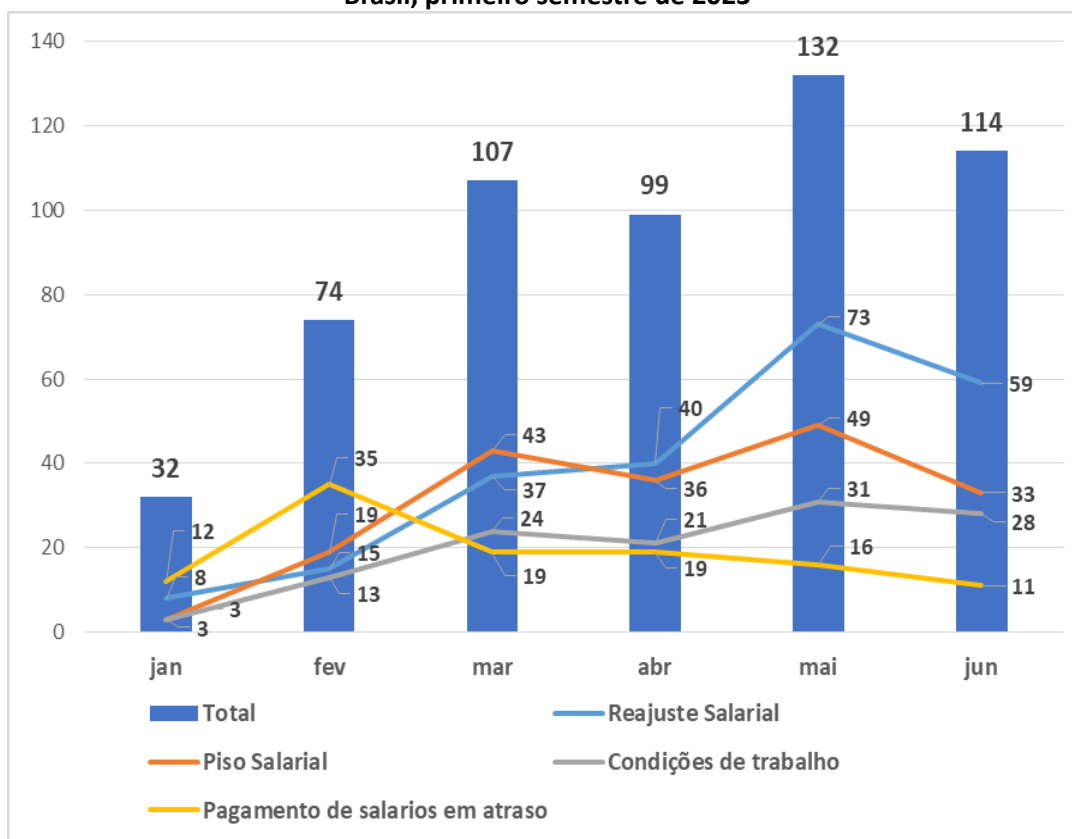


Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Grosso modo, o primeiro bimestre de 2023 é o período de greves *de trabalhadores da esfera privada contra o atraso no pagamento dos salários*. É o que revela a projeção dos motivos das greves sobre os números totais, no Gráfico 2. Considerando essas informações, é possível relacionar determinadas *categorias de trabalhadores em greve* (Gráfico 1) com *as questões que os mobilizam* (Gráfico 2).

Em especial, entre empresas privadas que operam em contratos de concessões e terceirizações, *o atraso no pagamento de salários* é a resposta habitual a quaisquer problemas orçamentários. Diante das despesas sazonais de fim de ano (décimo terceiro salário, gratificação de férias), tais empresas não hesitam em empregar essa resposta com ainda mais intensidade – como muitos trabalhadores já têm por certo, janeiro e fevereiro são meses de atrasos.

GRÁFICO 2
Principais reivindicações das greves por mês
Brasil, primeiro semestre de 2023



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

A partir de março, emergindo nas greves do funcionalismo público, outra questão remuneratória se explicitou – *o piso nacional dos professores*. Segundo a Portaria do Ministério da Educação nº 17, homologada em 17 de janeiro de 2023, nenhum professor da rede básica pública pode receber, por uma jornada de 40 horas, valor inferior a R\$ 4.420,55., valor que equivale a aumento de 14,95% em relação ao ano anterior.

Em especial nos governos municipais, há relutância em aceitar a legalidade do novo piso. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) imediatamente recomendou que os prefeitos ignorassem o reajuste de 14,95% e concedessem apenas o aumento com base na inflação de 2022 medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que foi de 5,79%. Por todo o país, ao ritmo da difusão de negociações infrutíferas, professores começaram então a paralisar as atividades, reivindicando o cumprimento da lei.

Em abril, por sua vez, a principal reivindicação das greves tornou-se o *reajuste dos salários*. Isso porque, com frequência, a reivindicação pelo pagamento do piso atuou como disparador, fomentando mais mobilizações.

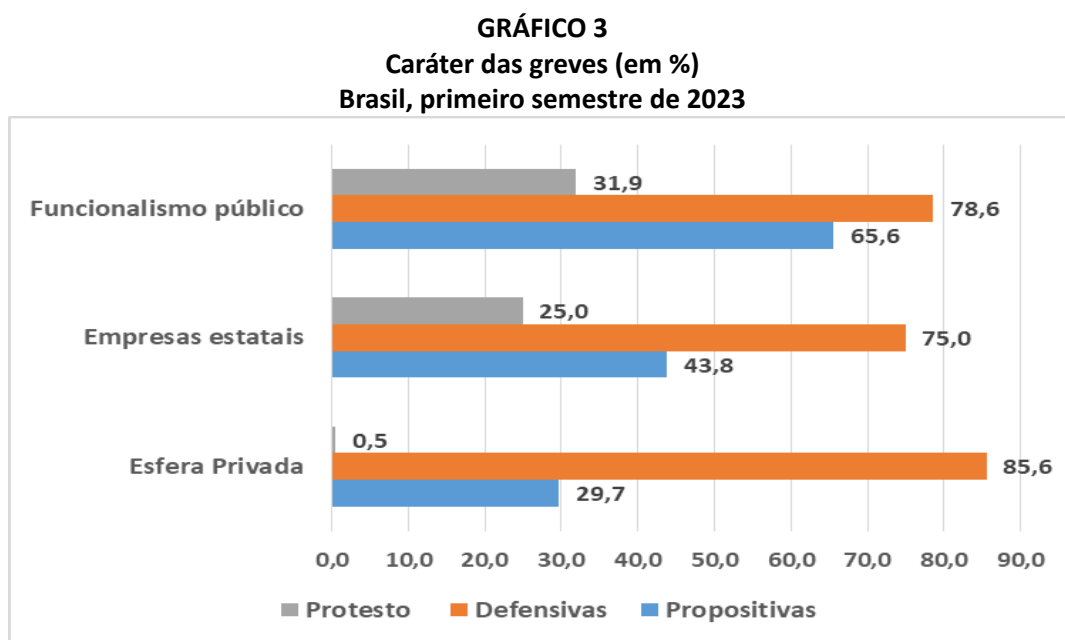
De início, ainda na educação, principalmente entre os profissionais não docentes, greves passaram a reivindicar *reajuste salarial com reposição inflacionária*. Reajuste do piso,

conforme a lei, e reajuste dos salários, conforme a inflação, passaram a constituir, muitas vezes, uma única mobilização. Progressivamente, categorias profissionais do funcionalismo público *distintas daquelas da educação*, mas igualmente submetidas a anos de desvalorização salarial acentuada pelo recente aumento no custo de vida, também começaram a cruzar os braços.

De modo esquemático, portanto, as greves do primeiro semestre de 2023 poderiam ser descritas, sucessivamente, em três momentos: inicialmente, na esfera privada, pelo pagamento de salários em atraso; depois, entre profissionais docentes do funcionalismo público, pelo pagamento do reajuste do piso salarial; e, por fim, entre o funcionalismo público, em sentido amplo, pelo pagamento de reajustes salariais com reposição da inflação acumulada.

Funcionalismo público, empresas estatais e esfera privada: a pauta das greves

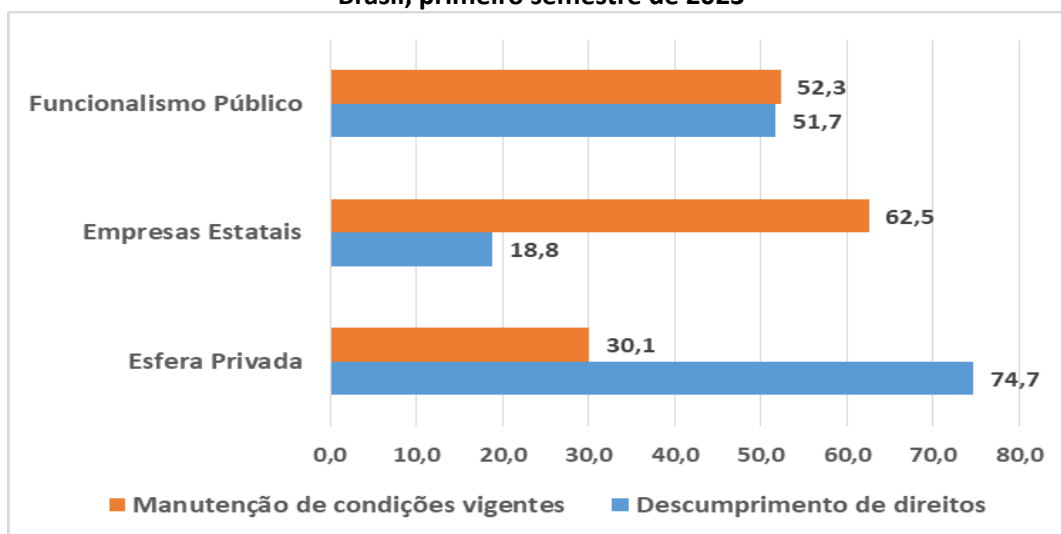
Dispostas em gradação (Gráfico 3), verifica-se que a pauta das greves dos trabalhadores da esfera privada foi a mais simples: basicamente defensiva (86%) - o caráter propositivo tem aí a menor participação (30%).



No outro extremo, a pauta das greves dos funcionários públicos foi a mais complexa. Bastante defensiva (79%), dois terços das greves desses trabalhadores trouxeram também itens propositivos (66%) e quase um terço delas, itens de protesto (32%).

Em relação ao caráter dos *itens propriamente defensivos*, as três categorias de trabalhadores apresentam variações distintas umas das outras.

GRÁFICO 4
Tipos de greves defensivas (em %)
Brasil, primeiro semestre de 2023



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nas empresas estatais há grande prevalência das greves *contra a degradação das condições vigentes de trabalho* (63%) – o que se explica pela reação dos sindicatos à pressão exercida pelas direções das empresas, durante as datas-bases, pela retirada (ou rebaixamento) de cláusulas como alimentação, plano de saúde, entre outras.

Na pauta grevista do funcionalismo público, por sua vez, a participação dos itens *contra a degradação das condições vigentes* é praticamente a mesma daquela relacionada às *denúncias contra o descumprimento de direitos* – cada uma próxima a 52%.

As circunstâncias em que atuam os funcionários públicos, principalmente aqueles da saúde e educação, explicam, com folga, a importância das *queixas relativas às condições de trabalho*: com frequência esses trabalhadores desempenham as atividades em unidades que necessitam de reparos urgentes, sem fornecimento regular de material de trabalho e sujeitos, ainda, a situações de violência e assédio moral.

De outro lado, o *descumprimento de direitos* refere-se, basicamente, como visto acima, à resistência de governos em pagar o reajuste do piso nacional dos docentes.

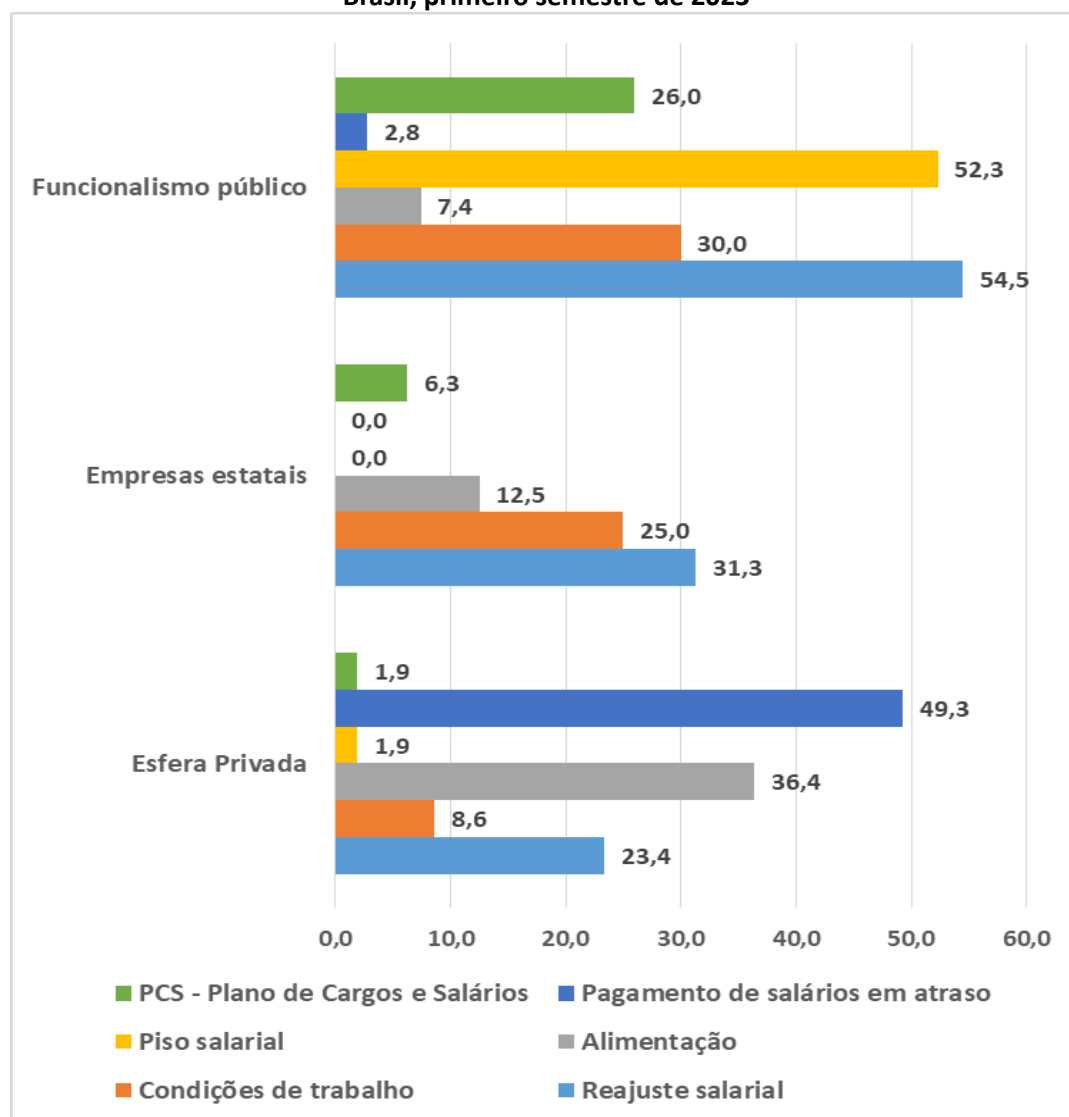
Por fim, na esfera privada, predominam as greves *contra o descumprimento de direitos* – o que pode ser explicado, basicamente, pelo atraso no pagamento dos vencimentos (salários, 13º, férias) e pelas irregularidades no repasse do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e no pagamento das verbas rescisórias aos funcionários demitidos.

Nesse ponto, as empresas detentoras de concessões públicas para a atuação no transporte rodoviário urbano continuam as grandes infradoras, seguidas pelas empresas contratadas para o desempenho terceirizado de serviços – em especial na limpeza pública e na

gestão de unidades de saúde.

Em relação à diversidade dos itens de reivindicação que compõem a pauta da cada categoria, eles tornam-se visíveis quando dispostos lado a lado (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Principais reivindicações (em %)
Brasil, primeiro semestre de 2023



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

No funcionalismo público, a demanda por reajuste salarial é dominante (54%) – o que não chega a ser surpreendente, já que esse item, do mesmo modo, tem importância em outras categorias: ocupa também o lugar de maior frequência nas empresas estatais (31%) e o terceiro lugar na esfera privada (23%). Por outro lado, a questão do pagamento dos pisos salariais – reforçada em 2023 pela exigência de pagamento de um piso para profissionais de enfermagem – ocupa importante segundo lugar na pauta do funcionalismo público (52%), mas não se repete na mesma intensidade em nenhuma das outras categorias de trabalhadores.

Na esfera privada, a reivindicação pela regularização dos salários tem impressionante participação de 49% na pauta grevista. Essa demanda está ausente entre os trabalhadores das empresas estatais e, no funcionalismo, foi mencionada em apenas 3% das greves. Também característica da esfera privada é a importância atribuída às demandas relativas à alimentação (36%). Esse item está também presente nas outras categorias, mas de maneira bem mais relativizada: em 12% dos itens da pauta dos trabalhadores das estatais e em 7% dos itens da pauta dos funcionários públicos.

Por fim, o protesto por melhores condições de trabalho (ou contra a piora) costuma estar em destaque na pauta grevista tanto dos trabalhadores das empresas estatais, onde foi o segundo item de maior importância (25%), quanto na pauta dos funcionários públicos, onde foi terceiro item de maior importância (30%).

As greves ao longo dos anos

Apesar de importantes mudanças no cenário político nacional, o ponto de partida dos protestos dos trabalhadores em 2023 – que foi desenhado em estudos anteriores, como no Balanço das Greves de 2022 – permanece, em grande medida, o mesmo. Isso porque o retorno à greve, terminada a pandemia de covid-19, não se realizou sem que, antes, rupturas decisivas tivessem ocorrido no mundo do trabalho.

A flexibilização forçada que a pandemia inaugurou/acentudou em muitas organizações – e mesmo no conjunto das atividades econômicas – passou a ser utilizada sistematicamente como um meio eficaz de precarização do trabalho.

É verdade que essa possibilidade de avanço da precarização já estava dada antes de 2020, com as mudanças na legislação trabalhista. Mas ocorre como se, precisamente nas condições de turbulências dos anos recentes, houvesse sido descoberta uma ocasião oportuna para a realização, em larga escala, de um experimento de ampliação de terceirizações, de vínculos precários e de privatizações – tudo alardeado como resultado de simples bom senso pelos discursos econômicos hegemônicos.

O modo como as consequências desse processo apresentam-se aos trabalhadores, no entanto, não deixa dúvidas. É possível mencionar, por exemplo, a multiplicação de acidentes denunciada pelos funcionários da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Na medida em que ocorrem em ambiente de excesso de trabalho e falta de treinamento, essas mortes e mutilações passam a se relacionar diretamente com o plano de privatização da empresa pelo governo do estado – que, de imediato, implica interrupção de investimentos em contratações e em qualificação profissional.

É possível mencionar, do mesmo modo, o impacto da promoção de terceirizações de atividades no serviço público. Jornadas excessivas, descumprimentos trabalhistas e queda na qualidade do atendimento usualmente acompanham a transferência da gestão de unidades de saúde públicas para Organizações Sociais (OSs).

Contra isso, servidores do Piauí paralisaram as atividades em protestos realizados de maio e junho. O governo estadual pretende transferir para as OSs as gestões da Unidade de Saúde Integrada de Mocambinho, em Teresina, do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde, em Parnaíba, e do Hospital Regional de Campo Maior.

Em Florianópolis, depois de uma greve de 16 dias, suspensa em audiência de conciliação mediada pela Justiça, os servidores – apesar de outras conquistas – não conseguiram barrar o plano da prefeitura de terceirizar a administração de duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), a Norte e a Sul.

Ainda na saúde, por fim, as mobilizações da enfermagem pela implementação do piso da categoria marcaram o primeiro semestre do ano. Em duas grandes paralisações nacionais, em fevereiro e março, o protesto foi dirigido contra a judicialização, a pedido de entidades patronais, da lei aprovada no Congresso Nacional.

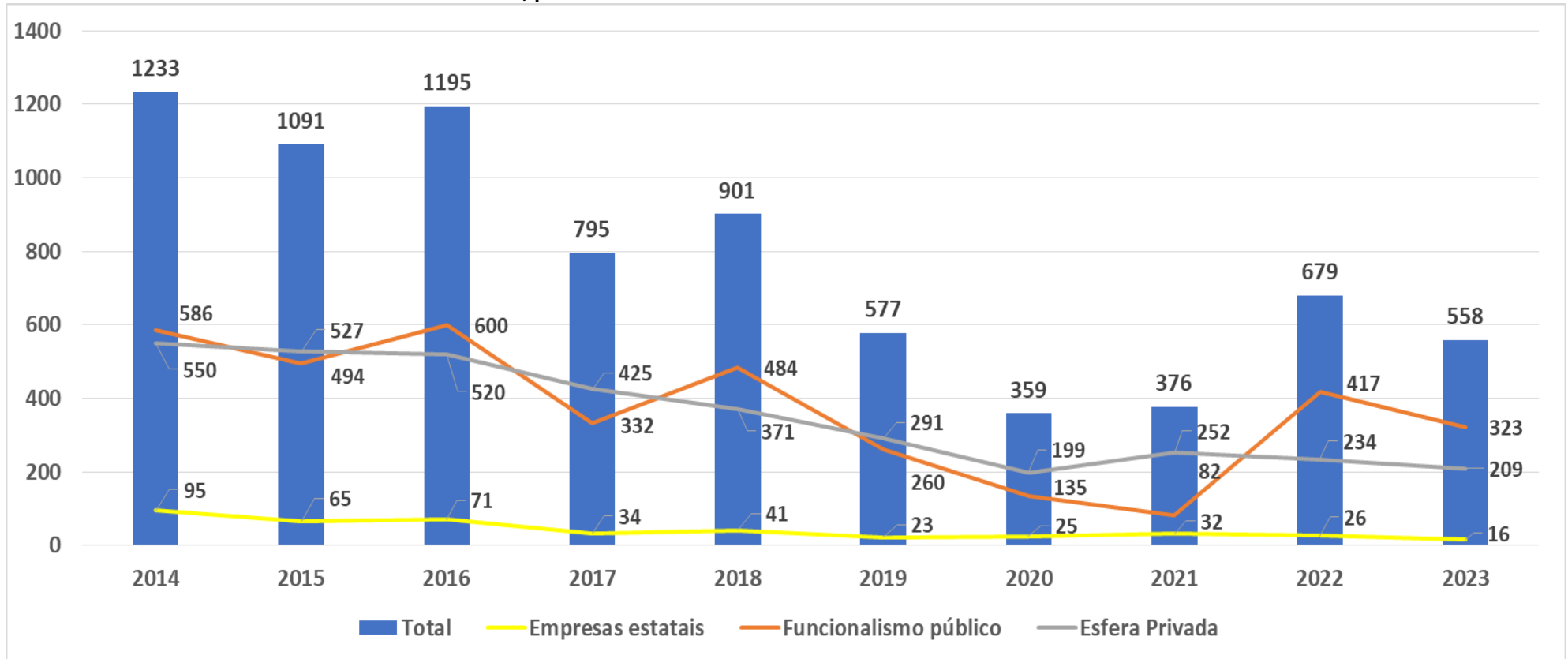
Estabelecia-se, segundo o texto aprovado, salário inicial de R\$ 4.750 para profissionais de enfermagem com formação superior, de R\$ 3.325 para profissionais com formação técnica e de R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras.

Em junho, nova convocação para a suspensão das atividades por 24 horas acabou suscitando paralisações de 48 horas e até de 72 horas nos municípios e estados por todo o país – além da deflagração de greves por tempo indeterminado. Na ocasião, durante o julgamento do processo, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) cogitavam a criação de condicionantes para o pagamento do piso.

No início de julho, a Corte decidiu, afinal, pela aplicação de regras diferentes a profissionais das redes pública e privada. Nas entidades privadas, o valor deve ser negociado entre patrões e funcionários. Na ausência de acordo, o piso legal prevalecerá após o prazo de 60 dias corridos. No setor público, os pagamentos devem ocorrer nos limites dos recursos federais repassados aos estados e municípios.

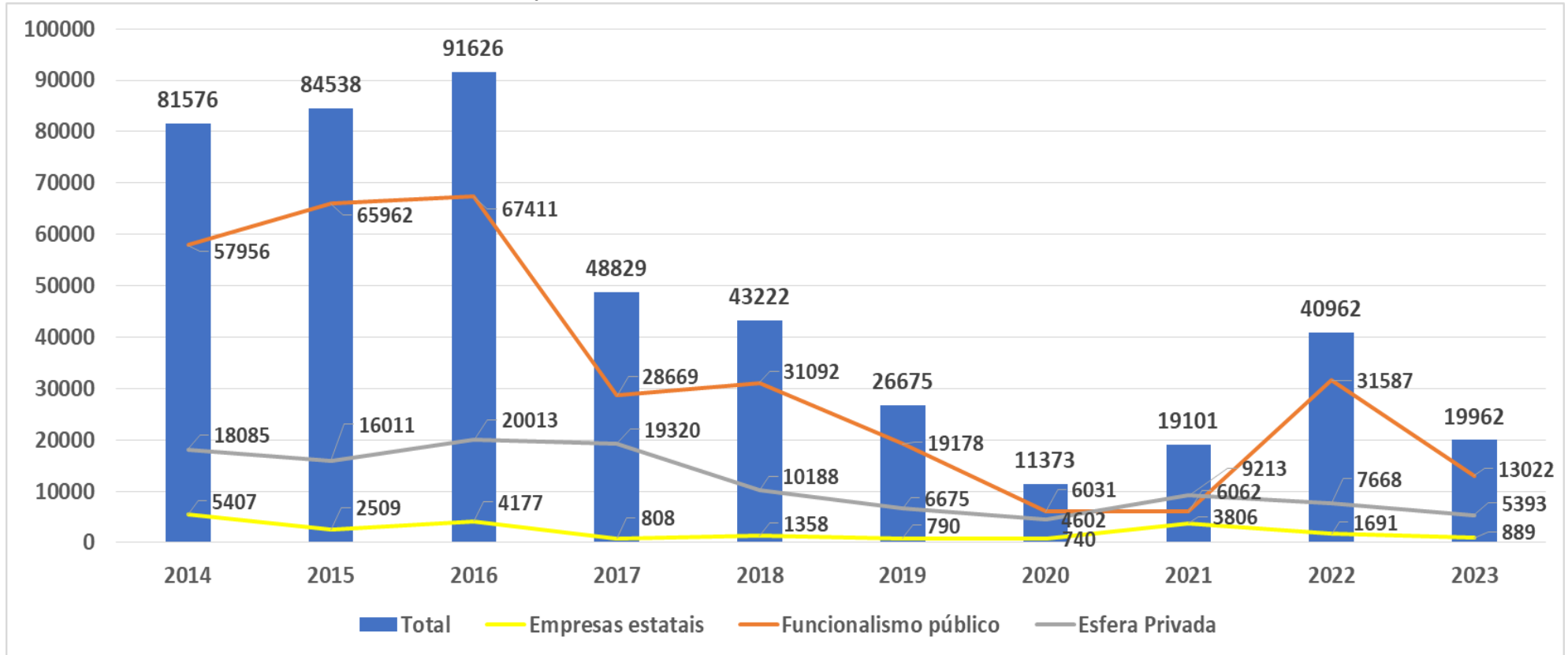
Em favor do projeto original, no Congresso, parlamentares já sugerem uma contestação da decisão do STF. Entre as entidades sindicais da saúde, a possibilidade de novas mobilizações no segundo semestre também não está descartada.

GRÁFICO 6
Número de greves
Brasil, primeiro semestre dos anos de 2014 a 2023



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

GRÁFICO 7
Número de horas paradas
Brasil, primeiro semestre dos anos de 2014 a 2023



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde do Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente: José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional: Paulo Roberto Dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Carlos Andreu Ortiz

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretor Executivo: Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta

Victor Pagani – Diretor Técnico Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Técnica

Rodrigo Linhares

Daniel Taquiguthi Ribeiro (revisão)

Luís Augusto Ribeiro da Costa (revisão)